

O acesso à escola pública

8 JAN 1992

José Goldemberg

Existe uma controvérsia em relação ao número de crianças que têm acesso à escola pública no Brasil.

Segundo alguns, 17,8 por cento das crianças de 7 a 14 anos são excluídas dessa oportunidade, ou seja, mais de 4,5 milhões delas estão fora da escola. A causa aparente mais óbvia para esta exclusão é a carência de salas de aula, o que implica imediatamente priorizar a construção de escolas.

Um estudo recente, preparado pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, mostra entretanto que estes números são questionáveis. Segundo ele, 95 por cento das crianças de 7 a 14 anos têm acesso à escola pública apesar de não permanecerem muito tempo nela.

Os 17,8 por cento de crianças-alunos que por algum motivo não estão frequentando um estabelecimento escolar dividem-se nas três seguintes categorias:

6 por cento estão aguardando ingresso, uma boa parte delas devido ao congestionamento provocado pela existência de quase 50 por cento de repetentes na 1ª série. No entanto essas crianças chegarão ou retornarão à escola, com um pequeno atraso, no caso das que estão iniciando, o que não representa um problema grave;

— 7,5 por cento já tiveram acesso à escola e a abandonaram antes de completar 14 anos. Como vários estudos indicam uma alta correlação entre

abandono e repetência, a maioria dessas crianças saiu da escola após várias repetências que as desmotivaram — e às suas famílias — a permanecer na escola, tornando esta última menos atraente que o apelo do mercado informal de trabalho.

— Das 4,3 por cento restantes, que efetivamente não têm acesso, 80 por cento estão localizadas no Nordeste rural pobre, onde a inexistência da escola faz parte de um cenário de carências no qual a impossibilidade de acesso ao ensino talvez não seja o problema mais grave.

Segundo a autora do estudo, Profa. Guiomar Nemo de Mello, “a conclusão mais importante que se pode retirar desses dados vai contra o mito de que o País tem um “deficit” crônico e estrutural de vagas no ensino fundamental. Essa idéia não se sustenta, pelo menos de modo simples. Há, com certeza, grande desencontro entre vagas e crianças que tem levado muitos sistemas a introduzir turnos intermediários (sobretudo a periferia das grandes cidades) e a promover uma ampliação gigantesca das unidades escolares, que as torna quase inadministráveis. Mesmo assim, isso não tem impedido que a grande maioria encontre uma vaga na escola”.

A implicação desta constatação é que as atuais prioridades do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE precisam ser alteradas.

Em 1991, a distribuição da parte do

Fundo de responsabilidade do Ministério da Educação foi a seguinte: construção de escolas, 31 por cento; ampliações, 9 por cento; reformas, 17 por cento; móveis e equipamentos, 11 por cento; material didático, 13 por cento; ônibus escolares e outras despesas, 16 por cento e, finalmente, capacitação de recursos humanos, 3 por cento.

Não parece haver a menor dúvida de que é necessário aumentar a fração destinada à capacitação de recursos humanos para melhorar a qualidade dos professores e, portanto, capacitá-los para que possam motivar os alunos. A desmotivação, acompanhada de repetência, parece ser a principal causa da evasão escolar.

A qualidade dos professores está também ligada ao seu salário que, em geral, é pago pelos municípios ou estados. A União não paga salários de professores de ensino fundamental. Aqui também é essencial que as prefeituras e governos estaduais compreendam que sem bons professores não haverá motivação para que os alunos frequentem as aulas e, por conseguinte, será alto o índice de evasão.

Este índice está diminuindo. De 1980 a 1990, o número de crianças que completou 8 anos de escola aumentou de 18 por cento para 25 por cento (quase um por cento ao ano). Pretendemos, pelo menos, dobrar nos próximos anos este índice.

■ José Goldemberg é ministro da Educação

CORREIO BRAZILIENSE